

WILLIAM PETTY

OBRAS ECONÔMICAS

Apresentação de Roberto Campos
Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos
e Paulo de Almeida

FRANÇOIS QUESNAY

QUADRO ECONÔMICO DOS FISIOCRATAS

Apresentação de Roberto Campos
Tradução de João Guilherme Vargas Netto

NOVA CULTURAL

Quando a agricultura prospera, todas as outras artes florescem com ela; mas quando se abandona o cultivo da terra, por qualquer razão que seja, todos os outros trabalhos, em terra ou no mar, desaparecem ao mesmo tempo.

SÓCRATES em *Xenofonte*¹¹

A nação se reduz a três classes de cidadãos: a *classe produtiva*, a *classe dos proprietários* e a *classe estéril*.

A *classe produtiva* é a que faz renascer, pelo cultivo do território, as riquezas anuais da nação, efetua os adiantamentos das despesas com os trabalhos da agricultura e paga anualmente as rendas dos proprietários das terras. Englobam-se no âmbito dessa classe todos os trabalhos e despesas feitas na agricultura, até a venda dos produtos em primeira mão; por essa venda conhece-se o valor da reprodução anual das riquezas da nação.

A *classe dos proprietários* compreende o soberano, os possuidores de terras e os dizimeiros. Essa classe subsiste pela renda ou *produto líquido* do cultivo da terra, que lhe é pago anualmente pela classe produtiva, depois que esta descontou, da reprodução que faz renascer cada ano, as riquezas necessárias ao reembolso de seus adiantamentos anuais e à manutenção de suas riquezas de exploração.

A *classe estéril* é formada por todos os cidadãos ocupados em outros serviços e trabalhos que não a agricultura, e cujas despesas são pagas pela classe produtiva e pela classe dos proprietários, os quais, por sua vez, tiram suas rendas da classe produtiva.

Para acompanhar e calcular claramente as relações dessas diferentes classes entre si, é preciso ater-se a determinado caso, porque não se pode estabelecer um cálculo positivo com base em simples abstrações.

Suponhamos, portanto, um grande reino cujo território, com a mais desenvolvida agricultura, proporcionasse todos os anos uma re-

11 XENOFONTE. *L'Economique*. V. 17. A tradução foi feita segundo o texto francês. (N. do T.)

produção no valor de 5 bilhões e onde a situação permanente desse valor fosse estabelecida a preços constantes que têm curso entre as nações mercantis, no caso em que haja constantemente uma livre concorrência comercial e total segurança da propriedade das riquezas de exploração da agricultura.¹²

O *Quadro Econômico* abrange as três classes e suas riquezas anuais, e descreve o comércio delas da maneira seguinte:

Classe produtiva	Classe dos proprietários	Classe estéril
Adiantamentos	Renda	Adiantamentos
anuais desta classe no montante de 2 bilhões* que produziram 5 bilhões, dos quais 2 bilhões em produto líquido ou renda.	de 2 bilhões para esta classe; destes, 1 bilhão é despendido em compras à classe produtiva e o outro bilhão em compras à classe estéril.	desta classe na soma de 1 bilhão, despendida pela classe estéril em compras de matérias-primas à classe produtiva.

* Os adiantamentos anuais consistem nas despesas feitas anualmente com os trabalhos do cultivo; esses adiantamentos devem ser distinguidos dos adiantamentos primitivos que formam os fundos para estabelecer o cultivo e que valem cerca de cinco vezes mais que os adiantamentos anuais.

Dessa maneira, a *classe produtiva* vende 1 bilhão de produtos aos *proprietários da renda* e 1 bilhão à *classe estéril*, que lhe compra as matérias-primas de suas obras 2 bilhões

O bilhão que os *proprietários da renda* despendem em compras à *classe estéril* é empregado por essa classe para a subsistência de seus agentes, em compras de produtos à *classe produtiva* 1 bilhão

¹² A extensão do território seria de cerca de 130 milhões de arapenes (Arapene (ou arapene, arpeno, arpeno): antiga medida agrária francesa de superfície, com variações regionais entre 3 400 e 5 100 m²) de terras de diferentes qualidades; o total de recurso de exploração necessário para manter esse território bem valorizado seria de cerca de 12 bilhões e a população de cerca de 30 milhões de pessoas, que poderiam subsistir tranquilamente, conforme sua condição, com o produto anual de 5 bilhões. Mas não se deve esquecer que em qualquer lugar onde goza de uma vida pacífica, a população cresce geralmente além do produto do território. Assim, a força de um Estado e o número de cidadãos que o compõem estão sempre assegurados quando se apóiam sobre um fundo de recursos de exploração suficiente para a manutenção de uma rica agricultura. A conservação desse fundo de recursos de exploração deve ser o principal objetivo da orientação dos assuntos econômicos, porque as rendas do soberano e da nação dependem inteiramente dele, como vai ser demonstrado pela exposição da ordem regular da distribuição das despesas pagas e mantidas pela produção anual.

Total das compras feitas pelos *proprietários da renda* e pela *classe estéril* à *classe produtiva* 3 bilhões

Desses 3 bilhões recebidos pela *classe produtiva* pelos 3 bilhões em produtos vendidos, ela deve aos proprietários 2 bilhões referentes à renda do ano em curso e gasta 1 bilhão na compra de obras¹³ à *classe estéril*. Esta última guarda essa soma para a reposição de seus adiantamentos, gastos anteriormente com a *classe produtiva* na compra de matérias-primas empregadas em suas obras. Dessa forma, seus adiantamentos nada produzem; ela os gasta, eles lhe são devolvidos e permanecem sempre em reserva de ano para ano.

As matérias-primas e o trabalho nas obras fazem com que as vendas da *classe estéril* montem a 2 bilhões, dos quais 1 bilhão é despendido na subsistência dos agentes que compõem essa classe. Vê-se que aí não há reprodução, mas sim consumo ou absorção de produtos e isso porque essa classe subsiste apenas com o pagamento sucessivo da retribuição devida a seu trabalho, que é inseparável de uma despesa empregada em subsistência, isto é, em *despesas de puro consumo, sem regeneração do que se absorveu com essa despesa estéril, tirada inteiramente da produção anual do território*. O outro bilhão é reservado à reposição de seus adiantamentos que no ano seguinte serão novamente empregados na compra de matérias-primas à *classe produtiva*, para as obras que a *classe estéril* fabrica.

Dessa maneira, os 3 bilhões que a *classe produtiva* recebeu com as vendas feitas aos *proprietários da renda* e à *classe estéril* são empregados por ela no pagamento de 2 bilhões da renda do ano em curso e na compra de 1 bilhão em obras à *classe estéril*.

O desenvolvimento desse comércio entre as diferentes classes e suas condições essenciais não são hipotéticos. Qualquer pessoa que quisesse refletir veria que são fielmente copiados da Natureza; mas os *dados* dos quais nos servimos — e nós já chamamos a atenção para isso — são aplicáveis apenas ao caso aqui tratado.

Os diversos estados de prosperidade ou de empobrecimento de uma nação agrícola oferecem uma multiplicidade de outros casos e, conseqüentemente, de outros *dados*, sendo cada um deles o fundamento de um cálculo particular, que lhe é rigorosamente próprio.

Aqueles dos quais partimos fixam, segundo a regra mais constante da ordem natural, em 5 bilhões a reprodução total que a *classe produtiva* faz renascer anualmente com 2 bilhões de adiantamentos anuais de um território como o que descrevemos. Segundo essa hipótese, os adiantamentos anuais reproduzem 250 por 100. A renda dos proprietários pode ser, então, igual aos adiantamentos anuais. Mas esses dados exigem condições *sine quibus non* e supõem que a liberdade do comércio sustente o fluxo da produção a um bom preço, por exemplo o preço do

¹³ *Ouvrage*. Quesnay reserva sistematicamente os termos *Produit* e *production* para os produtos da terra. (N. do T.)

trigo a 18 libras o sesteiro;¹⁴ supõem também que o cultivador não tenha que pagar, nem direta nem indiretamente, outras contribuições além da renda, da qual uma parte, por exemplo, 2/7, deve formar a renda do soberano. Segundo esses dados, de uma renda total de 2 bilhões, a parte do soberano seria de 572 milhões;¹⁵ a dos proprietários seria de 4/7, ou 1,144 bilhão; a dos dizimeiros, de 1/7, ou 286 milhões, incluído o imposto. Não existe nenhuma outra maneira de se fixar o imposto que atinja uma renda pública tão grande sem provocar certo declínio na produção anual da nação.¹⁶

Os proprietários, o soberano e toda a nação têm o maior interesse em que o imposto seja inteiramente baseado na renda das terras, de modo imediato; qualquer outra forma de taxaço seria contra a ordem natural, porque seria prejudicial à reprodução e ao imposto; o imposto recairia sobre si próprio. Tudo na terra está sujeito às leis da Natureza e os homens são dotados da inteligência necessária para as conhecer e observar; mas a multiplicidade dos objetos exige grandes combinações que tornam muito ampla a base de uma ciência evidente, cujo estudo é indispensável para que os equívocos sejam evitados na prática.

Dos 5 bilhões da reprodução total, os proprietários da renda e a classe estéril compraram 3 bilhões para seu consumo; restam ainda à classe produtiva 2 bilhões em produtos. Por outro lado, essa classe comprou 1 bilhão em obras à classe estéril, o que lhe proporciona um fundo anual de 3 bilhões, consumidos pelos diversos agentes ocupados nos diferentes trabalhos dessa classe, pagos pelos adiantamentos anuais ou do cultivo, e nas diversas reposições diárias do fundo de implantação, pagas pelos juros, dos quais falaremos depois.

Dessa maneira, a despesa anual da classe produtiva é de 3 bilhões, a saber, 2 bilhões em produtos que ela reteve para seu consumo e 1 bilhão em obras compradas à classe estéril.

Esses 3 bilhões formam o que se chama AS ENTRADAS¹⁷ da classe produtiva, das quais 2 bilhões constituem os adiantamentos anuais consumidos pelo trabalho direto da reprodução dos 5 bilhões que essa classe faz renascer anualmente para restituir e perpetuar as despesas que desaparecem pelo consumo; o outro bilhão é retirado das vendas dessa mesma classe e destinado aos juros dos adiantamentos de sua implantação. Mostraremos a necessidade de tais juros.

14 O sesteiro (*setier*) era uma antiga medida para cereais que valia 152 litros. (N. do T.)

15 Deve-se observar que não se inclui nessa avaliação o imposto lançado sobre as dízimas arrendadas. Adicionando-o a esse cálculo, ver-se-á que os dois sétimos, que formam a parte do soberano, lhe caberiam sem desconto cerca de 650 milhões de imposto anual.

16 Se existissem bens de raiz isentos da contribuição do imposto, isso não deveria ocorrer senão por consideração a algumas vantagens para o bem do Estado e, então, tal coisa deveria ser contada como parte da renda pública; desse modo, tais isenções só devem existir quando baseadas em boas razões.

17 No original francês: *reprises*, literalmente "retomadas" ou "recuperações". (N. do T.)

1) O fundo das riquezas de exploração constituído pelos adiantamentos primitivos está sujeito a um desgaste diário que exige reposições contínuas, indispensavelmente necessárias para que esse importante fundo permaneça na mesma situação e não caminhe progressivamente para um aniquilamento total que destruiria o cultivo e, por consequência, a reprodução, as riquezas do Estado e, também, a população.

2) O cultivo é inseparável de vários grandes acidentes que destroem, às vezes quase inteiramente, a colheita: a geada, o granizo, a alforra, as inundações, a mortalidade dos animais etc. Se os cultivadores não tivessem nenhum fundo em reserva, depois de tais acidentes não poderiam pagar aos proprietários e ao soberano ou não poderiam arcar com as despesas do cultivo no ano seguinte; esse último caso ocorreria sempre, visto que o soberano e os proprietários têm meios para se fazer pagar. Podem-se sentir as consequências funestas de tal destruição do cultivo que recairiam rapidamente e sem apelação sobre os proprietários, sobre o soberano, sobre os dizimeiros e sobre todo o resto da nação.

Os juros referentes aos adiantamentos de implantação por parte dos cultivadores devem, portanto, ser englobados em suas entradas anuais. Servem para enfrentar esses grandes acidentes e para a manutenção diária das riquezas de exploração que exigem uma reposição incessante.

Observou-se acima que os adiantamentos primitivos eram cerca de cinco vezes maiores que os adiantamentos anuais; na hipótese atual em que os adiantamentos anuais são de 2 bilhões, os adiantamentos primitivos são, portanto, de 10 bilhões e os juros anuais, de 1 bilhão, não passam de 10%. Se considerarmos a quantidade de despesas que eles devem cobrir, se imaginarmos a importância de seu destino, se refletirmos que sem eles o pagamento dos arrendamentos e do imposto não estaria nunca assegurado, que a regeneração das despesas da sociedade se extinguiria, que os fundos de riqueza de exploração, e, por consequência, o cultivo, desapareceriam, que essa devastação aniquilaria a maior parte do gênero humano e devolveria a outra às florestas, sentiremos que a taxa de 10% para os juros dos adiantamentos percebíveis para o cultivo está longe de ser uma taxa muito alta.

Não dizemos que todos os cultivadores retirem anualmente, além dos seus adiantamentos anuais, 10% para os juros de seus adiantamentos primitivos, mas dizemos que essa é uma das principais condições de uma situação de prosperidade; que todas as vezes que isso não se dá numa nação, essa nação entra em declínio, um declínio progressivo a cada ano, de tal maneira que, uma vez que se conheça seu ritmo, pode-se prever calculadamente o momento de sua destruição total. Dizemos, aliás, que um fundo, aplicado assim tão vantajosamente para a nação em adiantamentos para seu cultivo, deve, por si próprio, dar um rendimento líquido aos arrendatários que nele trabalham e empregam sua inteligência, a um juro anual pelo menos tão alto quanto o que se paga aos rendeiros que nada fazem.

A soma total desses juros gasta-se anualmente, porque os cultivadores não os deixam ociosos. Nos intervalos em que não são obrigados a empregá-los nas reparações, eles não deixam de aplicá-los utilmente na ampliação e melhoria do cultivo, sem o que não poderiam prover os grandes acidentes. Eis por que contamos os juros na soma das despesas anuais.

RESUMO

No total dos 5 bilhões, repartido primeiramente entre a *classe produtiva* e a *classe dos proprietários*, sendo gasto anualmente em uma ordem regular que assegura perpetuamente a mesma reprodução anual, há 1 bilhão que é gasto pelos proprietários em compras à *classe produtiva* e 1 bilhão em compras à *classe estéril*; a *classe produtiva*, que vende 3 bilhões em produtos às duas outras classes, destina 2 bilhões ao pagamento da renda e gasta 1 bilhão em compras à *classe estéril*; esta recebe, pois, 2 bilhões empregados em comprar da *classe produtiva* bens para a subsistência de seus agentes e matérias-primas para suas obras; e a *classe produtiva* gasta, ela própria, 2 bilhões anualmente em produtos, o que completa a despesa ou o consumo total dos 5 bilhões de reprodução anual.

Tal é a ordem regular da distribuição da despesa dos 5 bilhões que a *classe produtiva* faz renascer anualmente com o emprego de 2 bilhões de adiantamentos anuais, compreendidos na despesa total dos 5 bilhões de reprodução anual.

Apresentaremos agora ao leitor a fórmula aritmética da distribuição dessa despesa. (Ver p. 217.)

À esquerda, em cima, está a soma dos adiantamentos da *classe produtiva*, que foram gastos no ano precedente para fazer nascer a colheita do ano atual. Abaixo dessa soma, há uma linha que a separa da coluna das somas que recebe essa classe.

À direita, estão as somas que recebe a *classe estéril*.

No meio, em cima, está a soma da *renda* que se divide, à direita e à esquerda, entre as duas classes que a gastam.

A divisão da despesa é representada por linhas pontilhadas que partem da soma da renda e descem obliquamente em direção a uma e outra classe. No fim dessas linhas está, de um lado e de outro, a soma que os proprietários da renda gastam em compras a cada uma dessas classes.

O comércio recíproco entre as duas classes está, dessa maneira, representado por linhas pontilhadas que descem obliquamente de uma a outra classe onde se fazem compras; no fim de cada linha está a soma que uma das duas classes recebe da outra, de maneira recíproca, pelo comércio que exercem entre si mediante suas despesas.¹⁸Final-

18 Cada soma recebida pela *classe produtiva* e pela *classe estéril* supõe duplo valor, porque há venda e compra e, por consequência, o valor do que se vendeu e o valor da soma que pagou a compra; mas só há consumo real do valor dos 5 bilhões que formam o total da receita da *classe produtiva*. As somas em dinheiro que passam a cada classe distribuem-se nela pela circulação de uma soma total que recomeça cada ano. Podemos supor essa soma de dinheiro

FÓRMULA DO QUADRO ECONÔMICO

Reprodução total: 5 bilhões			
	Adiantamentos anuais da classe produtiva	Renda para os proprietários das terras, o soberano e os dizmeiros	Adiantamentos da classe estéril
Somas que servem para pagar a renda e os juros dos adiantamentos pré- mitivos	2 bilhões 1 bilhão	2 bilhões	1 bilhão 1 bilhão
Despesa dos adian- tamentos anuais	2 bilhões	Total	2 bilhões dos quais a metade é retida por essa classe para os adiantamentos do ano seguinte
Total	5 bilhões		

mente, o cálculo termina de cada lado pela soma total da receita de cada uma das duas classes. Observa-se que, no caso dado, em que a distribuição das despesas segue a ordem descrita e detalhada acima, a receita da *classe produtiva*, incluindo os adiantamentos, é igual à totalidade da reprodução anual e que o cultivo, as riquezas e a população permanecem na mesma situação, sem crescimento nem diminuição. Um caso diferente daria, como dissemos acima, um resultado diferente.

Se os proprietários gastassem mais com a *classe produtiva* que com a *classe estéril* para melhorar suas terras e aumentar suas rendas, esse acréscimo de despesas empregado nos trabalhos da *classe produtiva* deveria ser considerado uma adição aos adiantamentos dessa classe.

No estado de prosperidade, a despesa da renda supõe-se distribuída igualmente entre a *classe produtiva* e a *classe estéril*, enquanto a *classe produtiva* emprega apenas 1/3 de sua despesa com a *classe estéril*; isso porque as despesas do cultivador são menos disponíveis que as do proprietário. Porém, quanto mais a agricultura definha, tanto mais se lhe deve consagrar parte das despesas disponíveis para restabelecê-la.

maior ou menor em sua totalidade e a circulação mais ou menos rápida, porque a rapidez de circulação do dinheiro pode suprir, em grande parte, o volume de dinheiro. Por exemplo, em um ano em que, sem que tivesse havido diminuição na reprodução, houvesse grande aumento do preço dos produtos, quer por facilidades concedidas ao comércio, quer por qualquer outra razão, não seria necessário que houvesse aumento da massa pecuniária para o pagamento das compras desses produtos. Entretanto, passariam pelas mãos dos compradores e dos vendedores maiores somas de dinheiro, que fariam com que a maioria acreditasse que a massa de dinheiro amoldado teria aumentado muito no reino. Assim, essa aparência equivalente à realidade é muito misteriosa para o vulgo.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

PRIMEIRA OBSERVAÇÃO

PRODUÇÃO E FATORES

Não se devem confundir as despesas feitas pelos proprietários com a *classe estéril*, e que servem à subsistência dessa classe, com as despesas que os proprietários fazem diretamente com a *classe produtiva*, para si próprios, para seus comensais e para os animais que alimentam, porque essas despesas feitas pelos proprietários com a *classe produtiva* podem ser mais úteis à agricultura que as que fazem com a *classe estéril*.

Entre os proprietários da renda, numerosos são muito ricos e consomem os produtos do mais alto preço; dessa maneira, a massa de produtos que consomem está em proporção muito menos considerável que a que se consome nas outras classes a preço mais baixo. Os homens que gastam a renda e que compram assim tão caro devem ser também em proporção muito menos numerosos, comparativamente à soma de suas compras. Mas suas despesas sustentam o preço dos produtos de melhor qualidade, o que mantém, por gradação, o bom preço dos outros produtos, com vantagens para as rendas do território.

Não se dá o mesmo com as grandes despesas que os proprietários podem fazer com a *classe estéril*, e é isso que constitui a diferença entre o fausto de subsistência e o luxo de decoração. Os efeitos do primeiro não se devem temer tanto quanto os do segundo.

Quem compra um celamim¹⁹ de ervilhas a 100 libras, paga-as a um cultivador que emprega o dinheiro em despesas de cultivo vantajosas à reprodução anual. Quem compra um galão dourado ao preço de 100 libras, paga-o a um operário que emprega o dinheiro comprando no estrangeiro a matéria-prima. Apenas a outra parte, empregada em compras para sua subsistência, retorna à *classe produtiva*; e mesmo esse retorno não é tão vantajoso como teria sido a despesa direta do proprietário com a *classe produtiva*. Isso porque o operário não compra

¹⁹ O celamim (*litron*) valia aproximadamente 0,80 litro. (N. do T.)

para sua subsistência produtos de alto preço e não contribui, portanto, como faz o proprietário, para manter o valor e as rendas das terras boas que têm capacidade para produzir gêneros valiosos. Quanto ao que foi gasto em compras no estrangeiro, se se trata de algo que volta à *classe produtiva*, como acontece realmente, pelo menos em parte, entre as nações onde há reciprocidade de comércio dos produtos,²⁰ é sempre com a carga dos custos de comércio, que causam uma diminuição e impedem que esse retorno seja completo.

SEGUNDA OBSERVAÇÃO

As despesas de mero consumo são despesas que desaparecem por si próprias para sempre; não podem ser providas senão pela *classe produtiva* que, quanto ao consumo, pode se bastar a si mesma. Dessa maneira, devem ser tidas, quando não são empregadas na reprodução, como *despesas estérteis* e mesmo como danosas, ou como despesas de luxo, se elas são supérfluas e prejudiciais à agricultura.

A maior parte das despesas dos proprietários é, no mínimo, *estéril*; podemos abrir exceção apenas para as despesas de conservação e melhoria de seus bens e ampliação do cultivo. Mas como são, por direito natural, encarregados das preocupações da administração e das despesas para as reparações de seu patrimônio, não podem ser confundidos com a parte da população que forma a classe puramente *estéril*.

TERCEIRA OBSERVAÇÃO

No estado de prosperidade de um reino do qual o território tivesse sido levado ao mais alto grau possível de cultivo, de liberdade e de facilidade de comércio, e no qual, por consequência, a renda dos proprietários não mais pudesse crescer, estes poderiam despendar a *metade* dessa renda em compras à *classe estéril*. Mas se o território não estivesse completamente cultivado e aperfeiçoado, se faltassem estradas, se houvesse rios potencialmente navegáveis e a possibilidade de abrir canais para o transporte da produção, eles deveriam economizar em suas despesas com a *classe estéril* para aumentar, com as despesas necessárias, suas rendas e suas posses, tanto quanto fosse possível. Até atingirem essa situação, suas despesas supérfluas com a *classe estéril* seriam despesas de luxo, prejudiciais à sua opulência e à prosperidade da nação, já que tudo que é desvantajoso para a agricultura é prejudicial à nação e ao Estado e tudo que favorece a agricultura é útil ao Estado e à nação. A necessidade das despesas que os proprietários, e somente eles, podem fazer para o crescimento de suas riquezas e para o bem

20 O que não é comum no comércio das Índias Orientais, a não ser quando ele é feito por comerciantes estrangeiros que nos vendem aquilo que compraram e que empregam entre nós, na compra de produtos, o próprio dinheiro com o qual pagáramos suas mercadorias das Índias. O mesmo não se dá quando esse comércio é feito por nossos comerciantes do reino, cujo tráfico se limita a nós e aos indianos orientais, que só querem dinheiro.

geral da sociedade faz com que a segurança da propriedade territorial seja uma condição essencial da ordem natural do governo dos impérios.

A política feudal encarava outrora essa propriedade territorial como fundamento da força militar dos senhores, mas pensava apenas na propriedade do terreno. Disso derivam tantos costumes e leis bizarras na ordem das heranças dos bens de raiz, que subsistem ainda, apesar das mudanças ocorridas na monarquia, enquanto se prestou tão pouca atenção à segurança da propriedade das riquezas mobiliárias necessárias ao cultivo que apenas ele torna produtivo os bens de raiz. Não se considerou devidamente que o verdadeiro fundamento da força militar de um reino é a própria prosperidade da nação.

Roma soube vencer e subjugar muitas nações, mas não soube governar. Espoliou as riquezas da agricultura dos países submetidos à sua dominação; por conseguinte, sua força militar desapareceu, suas conquistas, que a tinham enriquecido, foram-lhe tomadas e ela se viu só, indefesa, em face da pilhagem e das violências do inimigo.

QUARTA OBSERVAÇÃO

Na ordem regular que seguimos, toda a soma das compras feitas anualmente pelos *proprietários* e pela classe *estéril* retorna anualmente à *classe produtiva*, para pagar cada ano aos *proprietários* a renda de 2 bilhões e para pagar a si própria os juros de seus adiantamentos primitivos e anuais.

Nada se poderia subtrair nessa distribuição de despesas em desvantagem para a agricultura, nem subtrair das entradas do cultivador, por alguma exação ou entrave no comércio, sem se produzir um declínio na reprodução anual das riquezas da nação e uma diminuição de população, fácil de ser demonstrada pelo cálculo. Dessa maneira, *podem-se calcular os efeitos da boa ou da má condução de uma nação pela ordem da distribuição das despesas, segundo voltem à classe produtiva ou sejam dela retirados, aumentem ou diminuam seus adiantamentos, mantenham ou façam baixar o preço dos produtos.*

A *classe estéril* só pode gastar para a subsistência de seus agentes aproximadamente a metade dos bilhões que recebe, porque a outra metade é empregada em compras de matérias-primas para suas obras. Assim, essa classe forma, aproximadamente, apenas 1/4 da nação.

Havíamos observado que nas entradas de 3 bilhões da *classe produtiva* há 1 bilhão para os juros dos adiantamentos primitivos e anuais dessa classe, que é continuamente empregado na reposição desses adiantamentos. Restam a essa classe aproximadamente 2 bilhões para a despesa de seus próprios agentes imediatos, que são, por consequência, aproximadamente o dobro da *classe estéril*. Mas cada um deles, com o trabalho dos animais, faz nascer uma reprodução que pode manter oito homens, isto é, sua família, supostamente de quatro pessoas, e outra família de igual número de membros, pertencentes à *classe estéril* ou à *classe dos proprietários*.

Quem quiser um exame mais detalhado da distribuição das despesas de uma nação poderá encontrá-lo no capítulo VII na *Filosofia Rural*.²¹ Ver-se-á aí que, além dos 5 bilhões que formam aqui o quinhão da nação, há outras despesas, como os custos do comércio e a alimentação dos animais de tração empregados no cultivo. Essas despesas não estão compreendidas na distribuição das despesas representadas no quadro e, se fossem adicionadas a estas, fariam elevar o valor total da produção anual a 6,37 bilhões. A esse respeito deve-se observar que os custos do comércio podem aumentar desvantajosamente para a nação, ou diminuir, em benefício dela, se essa parte for ou não dirigida contra a ordem natural.

QUINTA OBSERVAÇÃO

Na situação das despesas que acabamos de expor, supusemos que a nação comerciasse apenas internamente. Ora, não existe nenhum reino cujo território produza todas as riquezas próprias ao bem-estar de seus habitantes. Dessa maneira, faz-se necessário um comércio exterior, pelo qual uma nação venda ao estrangeiro parte de seus produtos para comprar no exterior os produtos dos quais tem necessidade. Entretanto, como não pode comprar do estrangeiro senão tanto quanto lhe vende, a situação de suas despesas deve sempre estar conforme à reprodução anual de seu território. Os cálculos dessas despesas podem, portanto, ser regularmente estabelecidos sobre as cotas da própria reprodução, abstração feita de todo comércio exterior, do qual os pormenores são indeterminados, incalculáveis e inúteis de investigar. Basta prestar atenção ao fato de que, na situação de uma livre concorrência de comércio exterior, há apenas troca de valor por valor igual, sem perda ou ganho para nenhuma das partes.

Quanto aos custos de transporte, a nação e o estrangeiro os pagam alternadamente em suas vendas ou em suas compras; formam para os comerciantes um fundo separado do da nação, porque, no comércio exterior das nações agrícolas, todo negociante é estrangeiro, relativamente aos interesses dessas nações. Um reino agrícola e mercantil reúne duas nações distintas uma da outra: uma forma a parte constitutiva da sociedade ligada ao território, que fornece a renda, e a outra é uma adição extrínseca, que faz parte da república geral do comércio exterior, empregada e sustentada pelas nações agrícolas. Os custos desse comércio, ainda que necessários, devem ser tomados como uma despesa onerosa, deduzida da renda dos proprietários das terras; por isso, deveriam ser desembaraçados de todo monopólio e de todas as sobretaxas que recairiam desastrosamente sobre as rendas dos soberanos e dos outros proprietários.

21 Trata-se da *Filosofia Rural ou Economia Geral e Política da Agricultura*, do Marquês de Mirabeau, publicada em 1763, na qual Quesnay colaborou escrevendo o referido capítulo. (N. do T.)

No estado de livre concorrência de comércio exterior, os preços que têm curso entre as nações mercantis devem ser a base do cálculo das riquezas e das despesas anuais das nações que têm um comércio fácil e imune.²² O comércio exterior é mais ou menos amplo segundo a diversidade de consumo dos habitantes e segundo a variabilidade da produção do país. Quanto mais a produção de um reino é variada, menos há exportações e importações e mais a nação poupa sobre os custos do comércio exterior, que deve, entretanto, ser sempre muito livre, desembaraçado de todos os entraves e isento de todos os impostos, porque é pela comunicação que estabelece entre as nações que se pode assegurar constantemente no comércio interno o melhor preço possível dos produtos do território e a maior renda possível para o soberano e para a nação.

SEXTA OBSERVAÇÃO

Podemos ver os mesmos produtos passarem várias vezes pelas mãos dos mercadores e artesãos; é preciso prestar atenção a que essas repetições de vendas e de compras, que multiplicam infrutiferamente a circulação, não passam de transposição de mercadorias e aumento dos custos, sem produção de riquezas. A conta da produção reduz-se, pois, à sua quantidade e aos preços de suas vendas em primeira mão.

Quanto mais esses preços estão sujeitos à ordem natural e são constantemente altos, tanto mais são lucrativos nas trocas feitas com o estrangeiro, mais animam a agricultura,²³ mais sustentam o valor dos diferentes produtos do território, mais fazem crescer as rendas do soberano e dos proprietários, mais aumentam o número da nação e a massa dos salários pagos para a retribuição devida ao trabalho ou ao emprego dos que não são possuidores primitivos dos produtos.

O emprego desses salários, bem ou mal distribuídos, contribui muito para a prosperidade ou para a decadência de um reino, para a

22 Isto é, isento de todas as contribuições fiscais, senhoriais etc., de monopólio, de ordenados de inspetores e outros funcionários inúteis. O comércio, como agricultura, não deve ter outro governo além da ordem natural. Em todo ato comercial, há o vendedor e o comprador, que estipulam, contraditória e livremente, seus interesses; estes, assim regulados por eles mesmos, que são seus únicos juizes competentes, são conformes ao interesse público. Toda intervenção de funcionários revestidos de autoridade lhe é estranha, e tanto mais perigosa quanto se possa temer a ignorância e outros motivos ainda mais terríveis. O monopólio no comércio e na agricultura tom demasiadas vezes encontrado protetores; a plantação de vinhas, a venda de aguardente de cidra, a liberdade do comércio de cereais, a entrada de mercadorias manufaturadas estrangeiras, foram proibidas; as manufaturas do reino obtiveram privilégios exclusivos em prejuízo umas das outras; obrigaram-se os empresários de manufaturas a empregar matérias-primas estrangeiras, excluindo as do país etc. Falsas luzes brilharam na obscuridade e a ordem natural foi alterada pelos interesses particulares, sempre escondidos e sempre solicitantes, sob o manto do bem geral.

23 O interesse do agricultor é a mola mestra de todas as operações econômicas e de todos os sucessos da agricultura. Quanto mais os produtos mantêm-se constantemente a preços altos, tanto mais está assegurado o retorno anual das receitas dos arrendatários, mais a cultura se desenvolve e mais renda dão as terras, tanto pelo bom preço dos produtos, quanto pelo aumento da produção anual; mais a produção cresce, mais as riquezas da nação se multiplicam e mais o poderio do Estado aumenta.

regularidade ou o desregramento dos costumes de uma nação e para o crescimento ou a diminuição da população. Os homens podem sentir-se incomodados no campo e serem atraídos pelo luxo e pela volúpia da capital, ou podem estar igualmente distribuídos pelas províncias. Nesse último caso podem manter o consumo próximo à produção, enquanto no outro não podem evitar as grandes despesas de transporte que fazem cair o preço dos produtos nas vendas em primeira mão e diminuem as rendas do território, a massa dos salários e a população.

O comércio de revenda pode ampliar-se segundo a atividade e as aptidões dos comerciantes, mas o de uma nação agrícola é regulado pela reprodução anual de seu território. Os lucros em benefício dos comerciantes do reino não devem, absolutamente, ser confundidos com as riquezas da nação, já que estas não podem estender-se anualmente além da quantidade da reprodução anual de seu território, submetida aos preços correntes das vendas em primeira mão. O comerciante tende a comprar ao mais baixo preço e a revender ao preço mais alto possível, a fim de ampliar ao máximo seu ganho, em detrimento da nação; seu interesse particular e o interesse da nação são opostos. Não que toda a categoria dos comerciantes, e mesmo cada membro dessa imensa categoria, não tenham, considerando a questão em sua justa proporção e verdadeira extensão, um interesse muito real em que os produtos sejam constantemente vendidos em primeira mão ao mais alto preço possível; porque, quanto mais caro são vendidos, mais o cultivo rende produto líquido; quanto mais o cultivo rende produto líquido, mais é lucrativo; quanto mais o cultivo é lucrativo, mais expande-se a todas as partes, mais faz renascer a produção, mais fornece entradas para os cultivadores, renda para o soberano, para os proprietários e para os dizimeiros, e salários para todas as outras categorias de cidadãos; quanto mais se multiplicam as despesas de toda ordem, mais o comércio adquire objetos, aumenta as oportunidades e a atividade e, por consequência, cada vez mais aumenta a soma total dos ganhos dos comerciantes, pelo próprio efeito da concorrência, que, em cada circunstância particular, impede que esses ganhos sejam excessivos em prejuízo dos preços dos produtos. Mas há poucos comerciantes que enxergam assim tão longe e ainda menos os que são capazes de sacrificar um ganho presente à certeza dessas grandes vantagens futuras. Assim, não são de maneira alguma os comerciantes, mas as necessidades dos consumidores e os meios que têm para satisfazê-las que asseguram primitivamente os preços dos produtos na venda em primeira mão. Os negociantes não fazem absolutamente nascer os preços nem a possibilidade de comércio; mas é a possibilidade de comércio e da comunicação dos preços que faz nascer os negociantes.²⁴

24 Acontece com eles o mesmo que com a corda de um poço e o uso que dela se faz, que não são, de modo algum, a fonte da água que está no poço; pelo contrário, é a água que está no poço, juntamente com o conhecimento e a necessidade que se tem dela, que é a causa do uso que se faz da corda. Os homens esclarecidos não confundem as causas com os meios.

MOEDA

SÉTIMA OBSERVAÇÃO

Não falamos da massa de dinheiro amoeado que circula no comércio de cada nação e que o vulgo toma como a verdadeira riqueza dos Estados, porque, como se diz, *com dinheiro pode-se comprar tudo de que se necessita*, mas não se pergunta com o que se pode conseguir dinheiro e, no entanto, essa riqueza não se entrega em troca de nada, ela custa tanto quanto vale a quem a compra. É o comércio que a leva às nações que não têm minas de ouro nem de prata; mas essas próprias nações não teriam ouro nem prata se não tivessem com que os pagar. E elas os terão sempre e tanto quanto queiram comprar ou tanto quanto lhes convenha, se tiverem produtos para dar em troca.

Digo tanto quanto lhes convenha comprar porque o dinheiro não é a riqueza da qual os homens têm necessidade para seu bem-estar. São os bens necessários à vida e à reprodução desses próprios bens que é preciso obter. Converter produtos em dinheiro para subtrair esse dinheiro às despesas úteis à agricultura seria diminuir da mesma quantidade a reprodução anual das riquezas. A massa de dinheiro não pode aumentar em uma nação a não ser que essa reprodução cresça; se não fosse assim, o crescimento da massa de dinheiro não poderia ser obtido sem prejuízo da reprodução anual das riquezas. Ora, o decréscimo dessa reprodução acarretaria, necessária e rapidamente, o da massa de dinheiro e o empobrecimento da nação. Contrariamente, a massa de dinheiro pode decrescer em uma nação sem que haja aí decréscimo das riquezas, porque sempre se pode substituir o dinheiro de várias maneiras, quando se é rico e se tem um comércio fácil e livre; mas nada pode substituir, sem perda, a carência de reprodução anual das riquezas próprias ao bem-estar dos homens. Deve-se mesmo presumir que o pecúlio de uma nação pobre deva ser, proporcionalmente, mais considerável que o de uma nação rica, porque o que resta a uma e a outra é a soma de que têm necessidade para suas vendas e suas compras. Ora, nas nações pobres tem-se muito mais necessidade de mediação do dinheiro do comércio; tudo deve ser pago à vista, porque não se pode confiar na promessa de quase ninguém. Mas nas nações ricas há muitos homens conhecidos como ricos e dos quais a promessa por escrito é tida como muito segura e garantida por suas riquezas, de maneira que todas as vendas consideráveis fazem-se a crédito, isto é, pela mediação de papéis válidos que substituem o dinheiro e facilitam muito o comércio. Não é, portanto, pela maior ou menor quantidade de dinheiro que se deve julgar a opulência dos Estados; estima-se que um pecúlio igual à renda dos proprietários das terras é mais que suficiente para uma nação agrícola em que a circulação se faz regularmente e o comércio se exerce com confiança e com plena liberdade.²⁵

25 Observa-se que o pecúlio da Inglaterra permanece estável mais ou menos nessa proporção, que, na situação atual de suas riquezas, o mantém a cerca de 26 milhões de esterlinos ou

Quanto à república mercantil universal, espalhada por diferentes países, e quanto às pequenas nações puramente mercantis que não passam de partes dessa república imensa e que podem ser tidas como suas cidades principais, ou, se quisermos, como seus principais empórios, a massa de seu dinheiro amoeado é proporcional à extensão de seu próprio comércio de revenda. Aumentam essa massa tanto quanto podem por seus lucros e sua poupança, para crescer o fundo de seu comércio. O dinheiro é seu próprio patrimônio; os comerciantes não o aplicam em suas compras a não ser para retirá-lo com lucro em suas vendas. Não podem, portanto, aumentar seu pecúlio a não ser à custa das nações com as quais comerciam; ele está sempre em reserva em suas mãos; não sai de seus cofres e não circula sem retornar com acréscimo. Dessa maneira, esse dinheiro não pode fazer parte das riquezas das nações agrícolas, sempre limitadas pela sua reprodução, com a qual pagam continuamente os ganhos dos comerciantes. Estes, qualquer que seja o país em que habitem, ligam-se às diferentes nações por seu comércio; o próprio comércio é sua pátria e o depósito de suas riquezas. Compram e vendem onde residem e onde não residem; a área do exercício da profissão não tem limites determinados nem território particular. Nossos comerciantes são também os comerciantes das outras nações; os comerciantes das outras nações são também nossos comerciantes; uns e outros comerciam também entre si. Assim sendo, a comunicação de seu comércio penetra e se espalha em toda

11 milhões de marcos de prata. Essa riqueza em dinheiro não deve causar admiração num país onde o comércio de revenda e de transporte predomina e onde é preciso distinguir o pecúlio dos comerciantes do pecúlio da nação. Essas duas partes não têm nada em comum; a não ser na medida em que os comerciantes têm todo interesse em vender a juros seu dinheiro à nação, que baseou suas forças militares sobre os empréstimos, a que não é uma prova do poderio real de um Estado. Se essa nação encontra-se exposta, por suas guerras, a necessidades prementes, a empréstimos excessivos, não será por falta de dinheiro, mas sim pelas despesas que excederam a renda pública. Quanto mais os empréstimos suprem as rendas, tanto mais as rendas encontram-se sobrecarregadas pelas dívidas; e a nação se arruinará se a própria fonte das rendas sofrer um declínio progressivo que diminuísse a reprodução anual das riquezas. É desse ponto de vista que se deve encarar a situação das nações; é pelas rendas do território que se deve julgar a prosperidade e o poderio real de um império. O pecúlio renasce sempre em uma nação onde as riquezas se renovam continuamente e sem declínio.

Durante cerca de um século, isto é, de 1444 até 1525, houve na Europa grande diminuição da quantidade de dinheiro, como se pode avaliar pelo preço das mercadorias nesse tempo; não essa menor quantidade de pecúlio era indiferente às nações, porque o valor venal dessa riqueza era o mesmo em toda parte e porque, em relação ao dinheiro, a situação dessas nações era a mesma relativamente às suas rendas, que eram em toda parte medidas igualmente segundo o valor uniforme do dinheiro. Nesse caso é melhor para a comodidade dos homens que o valor seja para suprir a quantidade do que a quantidade para suprir o valor.

Não há dúvida de que a descoberta da América trouxe para a Europa maior abundância de ouro e de prata; entretanto, seu valor havia começado a baixar sensivelmente em relação às mercadorias, antes da chegada do ouro e da prata da América na Europa. Mas todas essas variações gerais não modificam em nada a situação do pecúlio de cada nação, que é sempre proporcional às rendas dos bens de raiz, abstração feita do que faz parte do fundo do comércio exterior dos negociantes e que circula entre as nações como o de uma nação circula entre as províncias do mesmo reino.

a parte, tendendo sempre para o dinheiro que o próprio comércio traz e distribui às nações, conforme os preços sujeitos à ordem natural que regula diariamente os valores venais dos produtos. Mas as nações agrícolas têm outro ponto de vista, mais útil para elas e mais elevado; devem tender à maior reprodução possível para aumentar e perpetuar as riquezas próprias ao bem-estar dos homens; o dinheiro não passa, para elas, de uma pequena riqueza intermediária que desapareceria em um átimo sem a reprodução.

O pecúlio desses negociantes circula também entre a metrópole e suas colônias, ordinariamente sem aumentar as riquezas de uma ou das outras; algumas vezes mesmo diminuindo-as bastante, sobretudo quando há exclusão da concorrência dos comerciantes dos outros países. Nesse caso, o monopólio aumenta o pecúlio dos comerciantes da metrópole e das colônias e diminui o das colônias e de sua metrópole. Esta, contudo, esquece que os negociantes não lhe dão seu dinheiro em troca de nada e que lhe revendem, pelo contrário, por seu valor máximo esse dinheiro ganho à sua custa. Ela se deixa persuadir de que, como seus negociantes são nacionais, é ela própria que lucra com o monopólio exercido sobre ela e sobre suas colônias e que diminui suas riquezas e o preço dos produtos de seu próprio território. Essas idéias perversas e absurdas causaram há alguns séculos grande desordem na Europa.

No século precedente, sob Luís XIV, uma moeda de prata de 1 marco valia 28 libras. Assim, 18,6 milhões de marcos de prata valiam então 500 milhões. Era essa, aproximadamente, a situação do pecúlio da França, nesse tempo em que o reino era muito mais rico que no fim do reinado desse monarca.

Em 1716, a recunhagem geral das espécies não atingiu os 400 milhões; o marco de prata amoeado estava a 43 libras e 12 soldos. Assim, o montante das espécies dessa recunhagem não chegou a 9 milhões de marcos, inferior em mais da metade às recunhagens gerais de 1683 e 1693. Essa massa de pecúlio não terá podido aumentar, pelas fabricações anuais de espécies, tanto quanto a renda da nação terá aumentado. Por mais considerável que seja o total dessas fabricações anuais desde essa recunhagem, ele terá servido menos para aumentar a massa de dinheiro amoeado do que para repor a parte que todos os anos lhe é subtraída pelo contrabando, pelos diversos ramos de comércio passivo e por outros empregos de dinheiro no estrangeiro; porque, passados cinquenta anos, o total bem calculado dessas transferências anuais se verificaria ser muito considerável. O aumento do valor legal da moeda, fixado há muito tempo em 54 libras, não prova que a quantidade do pecúlio da nação tenha aumentado muito, já que aumentar o valor legal da moeda é tratar de suprir a realidade pela denominação.

Essas observações, é verdade, são pouco conformes com as opiniões do vulgo sobre a quantidade de dinheiro amoeado de uma nação. O povo crê que é no dinheiro que consiste a riqueza de um Estado; mas o dinheiro, como todos os outros produtos, só é riqueza em razão de seu valor venal e não é mais difícil de adquirir do que qualquer outra mercadoria, desde que pago por outras riquezas. Sua quantidade em um Estado é limitada pelo uso que tem nele e este é regulado pelas vendas e compras que a nação faz em suas despesas anuais; e as despesas anuais da nação são reguladas pelas rendas. Uma nação deve ter, portanto, apenas o dinheiro amoeado proporcional a suas rendas; uma quantidade maior lhe seria inútil; ela trocaria o supérfluo com as outras nações, por outras riquezas que lhe fossem mais vantajosas ou mais satisfatórias; porque os possuidores de dinheiro, mesmo os mais econômicos, estão sempre preparados para retirar dele algum lucro. Se há a possibilidade de empréstá-lo no país a juros altos, isso prova que ele está, no máximo, na proporção que observamos, já que se paga seu uso ou sua necessidade a tão alto preço.